

Michael Corbett – Learning to leave: the irony of schooling in a coastal community

Nova Scotia, CA: Fernood Publishing, 2007.

Gildete Dutra Emerick

Em sua existência local, as escolas do meio rural desempenham papel de centro de atividades sociais as mais variadas, dada a pouca disponibilidade de equipamentos públicos que normalmente caracteriza as comunidades pequenas e isoladas. A tarefa institucional da escola, no entanto, é bem mais complexa e pode culminar, quando ‘bem-sucedida’, na preparação dos jovens para o abandono da vida na comunidade, a migração para os centros urbanos. A relação entre escolaridade formal e depopulação de áreas rurais constitui o tema do estudo do Prof. Michael Corbett, realizado na Comunidade de Digby Neck, península situada na parte Sudoeste da Nova Scotia, Canadá.

A extraordinária riqueza de informações, a estrutura conceitual e a clareza metodológica dão ao leitor brasileiro, sobretudo o estudante de ciências sociais e educação, motivos mais do que suficientes para interessar-se pelo estudo do Prof. Corbett. Ademais, a evolução recente do sistema de ensino no Brasil tem apontado dilemas bastante complexos na provisão de educação pública para segmentos com histórico de atendimento escolar insuficiente e inadequado, como são as populações rurais.

As discussões do livro articulam-se em torno da ideia de que a escola é uma instituição que milita contra as comunidades rurais ao assumir a missão de instruir os jovens e promovê-los, pela concessão de credenciais escolares, à dinâmica e culturalmente sofisticada vida nas cidades, oposta ao atraso da vida rural. A ironia do título está no fato de que, a despeito da mensagem transmitida pela escola, a maioria dos jovens de Digby Neck tem resistido ao apelo da migração e permanecido em sua comunidade de origem.

Embora confirme-se a presença das pessoas de maior escolaridade dentre os que deixam a região, durante o período estudado, 1963-1998, cerca de vinte por cento da população emigra, taxa bem mais modesta do que o discurso do abandono em massa das áreas rurais. A relativa estabilidade dos jovens

de Digby Neck é considerada por Michael Corbett como a constatação mais surpreendente do estudo.

Na verdade, a decisão dos jovens de permanecerem em seus locais de origem responde a objetivos diferentes a depender de fatores como gênero, situação econômica das famílias e oportunidades de trabalho, na comunidade e fora dela. Trata-se de uma região cuja ocupação se fez em torno da pesca, que permanece sendo a principal atividade econômica, embora experimente significativas transformações com o passar dos anos em decorrência da intensificação do uso de tecnologias e da regulação estatal.

As famílias proprietárias de barcos, dragas, equipamentos, licenças de pesca e unidades de processamento de peixe representam a elite local. Em seguida, há os proprietários e operadores de pequenos barcos de pesca e, por fim, a tripulação dos barcos e os trabalhadores das atividades auxiliares da pesca e das unidades de beneficiamento. É esta a estrutura social de Digby Neck.

Os bens da família relacionados à pesca são transferidos em linha masculina, restrição de oportunidades para as jovens que dá aos fluxos migratórios configuração de gênero muito própria. Desta forma, há duas ordens de fatores que atuam nas decisões dos jovens em migrarem ou permanecerem na comunidade, quais sejam, a condição socioeconômica e as relações de gênero na cultura local. Como estes fatores incidem nas trajetórias escolares dos jovens de Digby Neck?

A obtenção de credenciais escolares é condição para os que desejam deixar a comunidade, embora para as jovens a escolaridade seja importante qualquer que seja a orientação que queiram ou tenham possibilidades de seguir. Portanto, a escolaridade distingue em primeiro lugar os jovens do sexo masculino e feminino e, em seguida, entre as jovens, pela condição social das famílias. A educação, gratuita até o ensino médio, é um investimento muito elevado nas etapas pós-secundárias, o que faz com que seja expressão evidente de privilégio dos jovens (das jovens, sobretudo) pertencentes às famílias da elite local.

Na construção masculina de gênero prevalece a ética do trabalho físico exercido em ambientes abertos e o cultivo de múltiplas habilidades associadas à autonomia e independência. A escola não desempenha qualquer papel relevante para esta formação e é considerada como espécie de penitência até que estejam em idade de iniciar suas atividades de trabalho e abandonar os estudos. Esta orientação, que permanece nas três coortes

estudadas mesmo em face das transformações ocorridas na atividade da pesca é confirmada pela baixa ou negativa relação entre escolaridade e rendimento que caracteriza as oportunidades de trabalho que a comunidade oferece para os homens.

Assim, o abandono precoce da escola equivale a inserir-se no que o autor denomina 'sistema de ensino paralelo' no começo da adolescência (ou mesmo antes) e iniciar o aprendizado prático das atividades necessárias à pesca. A permanência na escola nesta fase significa renunciar aos anos mais vigorosos em que o jovem constrói sua reputação de trabalhador, tanto pela aquisição de habilidades práticas diversas quanto pela construção de conexões sociais que responderão pela sua inserção na vida adulta da comunidade. Há, além disso, o pronto acesso à atividade remunerada, o que só viria muito mais tarde caso permanecessem na escola.

Como 'ir para o mar' é a própria expressão do trabalho masculino, os jovens que prosseguem os estudos são considerados desprovidos de força física e das habilidades necessárias para a vida prática, não tendo, por isso, outra opção que não seja a escola. Assim, a maior afinidade com o ambiente escolar no grupo dos rapazes não expressa distinção entre condição social, uma vez que os jovens das famílias proprietárias também têm estímulos, na verdade os mais fortes, para abandonar a escola.

Às mulheres não é permitida a mesma relação de desmerecimento em relação à escola em virtude das oportunidades de trabalho restritas e fortemente associadas a papéis tradicionais de gênero. Não por acaso, as mulheres são o grupo de maior escolaridade média e de maior mobilidade nas três coortes e seu esforço de aquisição de credenciais escolares aumenta ao longo dos anos analisados.

A educação é importante para as mulheres, para emigrar ou para permanecer na comunidade. Embora com maior escolaridade, as mulheres recebem em média remuneração inferior à dos homens, a não ser em uma área da península que concentra os serviços públicos e onde se empregam em tarefas com as de enfermeira e secretária. Para a primeira coorte, não há contestação sobre a maior remuneração dada aos homens, devido à sua condição de principal provedor da família. No entanto, as mudanças comportamentais e no mercado de trabalho, verificadas em escala mais ampla para as sociedades industriais também nas suas áreas rurais, contribuem para que as mulheres sejam cada vez mais críticas em relação ao sexismo local.

É certo que a estreita base populacional da comunidade e suas restritas opções de matrimônio também contribuem com a mobilidade das mulheres, neste caso a migração de curta distância. As moças que não podem prosseguir nos estudos pós-secundários empregam-se em tarefas auxiliares à pesca e nas fábricas de processamento, a contabilidade do negócio familiar além de assumirem a maior parte das atividades familiares e comunitárias. Dessa forma, a realização de múltiplas habilidades e assunção de várias responsabilidades são definidoras tanto da identidade masculina quanto feminina, mas há aqui maior utilização do aprendizado adquirido na escola e locais de trabalho diferentes dos dos homens.

As jovens da primeira coorte seguiam com naturalidade o caminho do casamento precoce e do cuidado da família, enquanto as coortes seguintes caracterizam-se por um crescente movimento rumo ao trabalho remunerado e à busca de independência financeira em relação a seus maridos. Desta forma, tal como em outras partes, as famílias passaram a experimentar o padrão de duplo rendimento familiar.

As credenciais escolares são importantes para os que decidem emigrar, qualquer que seja o gênero, mas as mulheres têm mais incentivo para migrar e, desta forma, para avançar nas etapas da educação formal. Na diferenciação de gênero em Digby Neck, a grande maioria dos homens mantém-se próxima às estruturas de apoio providas pela família e pela comunidade. No grupo das mulheres, a afluência vivida pelas famílias proprietárias de barcos e licenças na segunda coorte permitiu a aquisição de prestigiadas credenciais escolares para suas filhas e as melhores condições de recusar o caminho que conduz aos papéis tradicionais.

Para compreender como se dividem os grupos no que diz respeito à mobilidade, o autor utiliza dados de *survey* realizado com pessoas nascidas em Digby Neck que concluíram o sexto grau de ensino na escola elementar local, divididas em três coortes (1963-1974; 1975-1986 e 1987-1998) e abrange 36 anos na história da comunidade e um grupo de 714 respondentes cujas idades variam entre 20 e 56 anos, duas gerações, portanto. Os grupos são classificados por gênero, escolaridade máxima atingida e situação de permanência na comunidade/migração, esta dividida em três grupos: os que permanecem na comunidade ou mudam-se para áreas localizadas até 50 km; os que migram para localidades situadas entre 50 e 250 km de distância; e

os que se estabelecem em localidades cuja distância é superior a 250 km da comunidade de origem.

O contexto das três coortes é diverso tanto em termos de transformações econômicas gerais quanto daquelas que incidiram especificamente no ambiente da pesca em Digby Neck. O período referente à primeira coorte (1963-1974) é marcado pelo esforço estatal de organizar a pesca sob a forma de trabalho em tempo integral e profissionalizado, em superação ao caráter sazonal da atividade. O período seguinte (1975-1986), considerado o de maior produção pela introdução de tecnologias, é destacado como espécie de ‘corrida do ouro’ com amplas possibilidades de emprego para os jovens de ambos os sexos e época de menor migração dentre todas.

Nessa época, a suspensão de novas emissões e a comodificação das licenças de pesca resultou em enorme elevação de seus preços e na restrição do acesso aos cardumes. A elevação dos preços em patamares incompatíveis com as possibilidades de pessoas da região fez com que as licenças mais e mais se concentrassem nas mãos das grandes corporações, o que resultou em menos oportunidades de emprego na pesca para os jovens locais no período seguinte (1987-1998).

Devido a tais mudanças, os jovens da terceira coorte vivem uma configuração do meio rural muito mais complexa do que a de seus antecessores, mas há ainda outros fatores. A estrutura de comércio que provê as comodidades do consumo, até então características do meio urbano – como redes de venda de refeições padronizadas (de rápido preparo e pronto consumo) e grandes unidades varejistas –, incorporam-se à região com impacto evidente na oferta de empregos, na maior parte das vezes em tempo parcial e remunerados com o salário mínimo.

Pode-se dizer que a terceira coorte é a menos móvel de todas no sentido de evadir-se definitivamente da comunidade, mas a análise indica que a percepção da comunidade passa por mudanças que indicarão a necessidade de sua redefinição como conceito, e a própria classificação de mobilidade utilizada para os grupos anteriores já não se ajusta com facilidade a esta nova condição.

Assim, a terceira coorte se caracteriza por uma situação entre o deslocamento e a permanência dos jovens permitida pelo trabalho sazonal na pesca mais o emprego temporário em cidades vizinhas e as novas oportu-

nidades do comércio e das indústrias locais. Estes jovens movimentam-se e identificam-se com uma área mais abrangente em termos geográficos em virtude das facilidades de transporte e comunicação. Valem-se dos empregos disponíveis, ainda que em condições desfavoráveis, pela consideração de que, mesmo nas grandes cidades, seriam estes os empregos a que teriam acesso sem escolaridade superior.

Ademais, o trabalho nas cidades distantes, embora melhor remunerado, não lhes asseguraria o padrão razoável de vida que usufruem em seus locais de origem, onde dispõem de moradia e outras formas de ajuda familiar, combinadas a assistência eventual dos programas de seguro-desemprego. Os novos empregos tendem a exigir o ensino secundário como escolaridade mínima, mas mais como resultado de acomodação do mercado de trabalho à elevação da escolaridade do conjunto da população do que de exigências escolares das tarefas a serem executadas. Desta forma, e por uma nova ironia, a escolaridade passa a ser importante para os que decidem ficar.

Escola e resistência, resistência à escola

A decisão de permanecer na comunidade equivale a resistir ao discurso da escola, à hierarquia que subjuga a vida rural à urbana e ao aprendizado para deixar a comunidade. Na verdade, tanto o abandono da escola pelos rapazes quanto a incorporação da escola em seus projetos pessoais pelas moças são compreendidos como expressão de resistência – à indução da escola à ‘escolha certa’ para os primeiros e à negação dos papéis tradicionais, para as segundas –, embora seja mais discutida a resistência em termos de permanência na comunidade.

Assim, a fundamentação teórica do estudo estrutura-se em torno do conceito de resistência e segue os estudos sobre a resistência à escolarização constatada na juventude da classe trabalhadora, cuja referência é o trabalho etnográfico *Learning to labour* de Paul Willis (1977), a quem Michael Corbett homenageia de forma manifesta em *Learning to leave*.

Muito embora o caráter de contestação dado à época ao comportamento dos jovens ingleses filhos de trabalhadores viesse mais tarde a ser problematizado, o autor ainda considera válido e central o conceito de resistência para análise da relação dos jovens da Nova Scotia com a escola. Resistência, nessa compreensão, não pode ser considerado um conceito de validade geral para

os conflitos de socialização dos jovens à vida adulta, pois faz sentido apenas ao se ter em conta uma realidade – geográfica e cultural – muito específica, na qual as decisões e atitudes dos jovens têm lugar.

A afirmação da importância do lugar como realidade física, com suas relações sociais e história próprias perpassa todo o livro como expressão da militância do autor em favor da manutenção das condições de vida nas áreas rurais e de valores de proteção mútua, solidariedade e encorajamento relacionados à vida em comunidade, bem como de sua visão crítica das sociedades contemporâneas marcadas pela transiência, impessoalidade e individualismo excessivo.

Uma vez que a resistência só pode ser compreendida com referência a lugares e cultura definidos e como a dos jovens de Digby Neck expressa-se no abandono da escola em favor do trabalho na pesca e da vida na comunidade, o autor recorre às noções de *habitus* e lógica da prática de Pierre Bourdieu (1990) como forma de tornar evidente a dimensão de escolha própria desta forma situada de resistir.

Lógica da prática e *habitus* enfatizam a capacidade de agência dos indivíduos, a realização de escolhas razoáveis e factíveis diante do conjunto de possibilidades e restrições concretas dadas pela estrutura social. Os jovens valem-se dos diferentes ‘capitais’ de que dispõem – tanto tangível quanto de natureza simbólica – para, a partir de um julgamento realista das condições objetivas da realidade que enfrentam, definirem-se por opções que são racionais.

Os jovens de condição social privilegiada contarão no futuro com o capital econômico referente à propriedade de equipamentos, barco e licenças de pesca, enquanto os jovens filhos de trabalhadores irão valer-se do capital das relações sociais construído a partir da aprendizagem prática das múltiplas tarefas associadas à pesca. Assim, jovens de diferentes origens dispõem de diferentes “capitais” que compreendem o vínculo direto com a pesca (eufemismo usado para os proprietários dos meios de realização da atividade) e a reputação de trabalhador habilidoso e confiável. Para ambas as situações, o abandono precoce da escola e a imersão no trabalho contribuem de maneira evidente.

Mas, embora as noções de lógica da prática e *habitus* auxiliem em muito a compreensão das trajetórias dos jovens locais, o autor as considera como

sendo molduras estruturais excessivamente restritivas. Recorre, por isso, à noção foucaultiana de múltiplos espaços discursivos, pois entende que, na América do Norte, as escolas constituem-se como espaço contestado onde diferentes formas de *habitus* encontram-se e onde lógicas da prática diversas complementam-se, confrontam-se ou negociam entre si, levadas por crianças de diferentes origens e históricos.

Embora a resistência seja parte inerente da noção foucaultiana de poder, não há por certo possibilidades emancipatórias, uma vez que as relações sociais constituem-se estritamente de relações discursivas que estabelecem as posições de poder e de obediência ou resistência. Ao seguir a vertente foucaultiana, o autor busca afirmar que os agentes não estão posicionados em um único *habitus*, mas reagem de maneira estratégica aos estímulos dados e às restrições impostas pelas diferentes estruturas discursivas na escola e fora dela.

No entanto, em que pese o esforço de relacionar resistência às noções de *habitus* e lógica da prática inseridas na complexidade das estruturas discursivas, permanecem algumas dificuldades na construção teórica destinada a compreender as trajetórias diferenciadas dos jovens de Digby Neck. Os capítulos de análise empírica deixam por vezes a impressão de que a decisão de abandonar os estudos foi feita antes pela escola que pelos jovens, tornando problemáticas as noções de resistência e escolha.

Na realidade de Digby Neck, bem como em outros estudos sobre comunidades rurais, a escola atua em oposição à organização da vida local, uma vez que prepara os jovens para a vida urbana, longe da comunidade. Esta preparação se faz ao fornecer as credenciais escolares, capital a ser negociado em outras localidades, mas de utilidade muito limitada no meio local. Ainda mais, a escola promove a emigração por meio de uma construção discursiva em que os jovens que emigram são representados como bem-sucedidos e empreendedores e associa aos que permanecem na comunidade a condição de estagnação e fracasso, designados como ‘apenas’ pescadores, ‘apenas’ moradores locais.

Como fator interno à escola, a continuidade dos estudos é afetada pela sensação de deslocamento e inadequação ao ambiente escolar vivida pelos jovens de famílias de pouca escolaridade. O fator externo mais influente são as oportunidades de trabalho que recompensam a dedicação integral e o

ingresso precoce dos jovens, sobretudo em termos financeiros. Ao analisar as perspectivas reais dos jovens nas áreas urbanas, onde estes estão imersos em um meio muito mais competitivo e desprovidos do apoio oferecido pelos laços pessoais e familiares, o autor enfatiza não apenas o caráter racional da decisão de ficar, mas também o papel quase irrelevante que a escola desempenha para este grupo e a importância de laços de solidariedade presentes nas relações da comunidade.

A compreensão do autor sobre a escola, portanto, segue de perto a caracterização de Pierre Bourdieu (1984) como importante mecanismo de reprodução das posições de classe, o que também aparece em outro texto (CORBETT, 2010). Educação e escola figuram no livro de forma bastante negativa, com a identificação do processo de escolarização com a ‘urbanização da mente’ ou a serviço do Estado como execução do projeto de normatização dos espaços sociais, conforme a visão de James Scott (1998).

A percepção geral dos moradores de Digby Neck também expressa ceticismo em relação à educação formal ao contestarem a superioridade do trabalho intelectual face ao trabalho manual e ao valorizarem o conhecimento prático em lugar da erudição. Além do caráter incerto e de longo prazo do investimento em educação, há ainda a avaliação negativa que fazem do trabalho de pessoas de elevada escolaridade da burocracia estatal e dos investidores, cujos projetos de intervenção na pesca alteraram para pior a vida dos moradores.

Ainda assim, há um papel de grande importância para a escola realizar nas comunidades rurais, não da maneira como tem atuado em sua história, mas, nas recomendações do autor, desde que conectada às lutas e problemas específicos de suas comunidades, voltada para o enfrentamento do racismo, sexismo e outras construções que conduzem à desigualdade opressiva e sistemática, advertida nas práticas de seus profissionais sobre as narrativas que depreciam a vida rural e incorporada ao discurso de sobrevivência do meio rural que não seja nem alheio nem ufanista em relação à realidade da nova economia.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. 1984. “Le racisme de l’intelligence”. In: *Questions de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit.

- _____. 1990. *The logic of practice*. Stanford: Stanford University Press.
- CORBETT, Michael. 2010. "Wharf talk, home talk, and school talk: the politics of language in a coastal community". In: SCHAFFT, Kai & JACKSON, Alecia Y. (orgs.). *Rural education for the twenty-first century*. University Park: The Pennsylvania State University Press.
- SCOTT, James. 1998. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press.
- WILLIS, Paul. 1977. *Learning to labour: how working class kids get working class jobs*. New York: Columbia University Press.